

Henrique opta pelo mercado

20 JUL 1993

por Claudia de Souza
de São Paulo

O ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, não pretende tratar a inflação alta com um choque mas, se ela disparar, confia ter instrumentos para contê-la. "Não deixaremos de agir, mas estou prevendo outra coisa. Não posso dizer qual será a inflação no final do ano. Não fiz nenhuma negociação com o Fundo Monetário Internacional sobre metas de inflação para não cair no ridículo", disse.

"O Brasil tem que apostar no mercado", declarou, referindo-se ao que vê como impossibilidade de tentar seja uma prefixação dos preços da economia — incluindo aí não apenas os salários, mas os juros, taxas de câmbio e tarifas públicas — ou um congelamento. "Não há condições de fazer uma política de preços porque a máquina administrativa do Estado foi desmontada", afirmou



Fernando Henrique
Cardoso

o ministro em entrevista ao programa Crítica e Auto-crítica, que foi ao ar na madrugada de ontem. "A grande oportunidade foi perdida logo após a reunião de Carajás, durante o Plano Cruzado. Não há como repetir a experiência, porque as pessoas aprendem."

O ministro assegurou que não é candidato à Presidência da República em 1994 porque no seu horizonte está apenas a condução da política econômica. "Se for necessário, não serei candidato nem ao Senado", comentou. "Todo mundo dizia que eu era ruim de voto. Estão com medo do quê?"

Bem humorado, o ministro Fernando Henrique (como prefere ser chamado), contou que sua tarefa cotidiana é "dizer não": ao aumento das tarifas, aos governos estaduais que pedem aval da União para obter empréstimos dos bancos internacionais, à política salarial de 100% de reposição, à rolagem da dívida dos estados, segundo enumera. "É preciso resistir."

"Uma das batalhas silenciosas mais difíceis que travei foi a da redução das alíquotas", comentou a este jornal, referindo-se à oposição de setores como a Associação Brasileira para o Desenvolvimento das Indústrias de Base (ABDIB) e os empresários do setor têxtil à finalização do cronograma de abertura do mercado brasileiro há algumas semanas, que diminuiu as tarifas alfandegárias brasileiras para a média de 14%, semelhante à de países como o México e a Argentina. "Há instrumentos como as medidas

legais anti-'dumping' para lidar com os casos específicos e nós colocaremos esses recursos em prática", ponderou.

"Na economia moderna, o bom não é ser autárquico", declarou o ministro. Para ele, o Brasil não deve hoje usar suas reservas internacionais (que calcula estar por volta dos US\$ 20 bilhões líquidos), mas sim garantir um aumento das importações, que teriam o efeito de combater a alta dos preços internamente, e das exportações.

O ministro da Fazenda declarou-se otimista com o ritmo da atividade econômica, que cresceu 3,5% no primeiro semestre, consumiu mais energia industrial e deve trazer algo como US\$ 40 bilhões de exportações neste ano. "É mais fácil fazer o ajuste com a economia em crescimento", comentou.

(Continua na página 5)

20 JUL 1993

JORNAL O MERCANTIL



GAZETA MERCANTIL

Economia Brasil

Fernando Henrique opta...

por Claudia de Souza
de São Paulo
(Continuação da 1ª página)

Ele acredita que há espaço para uma redução ainda maior dos juros no âmbito público — embora limitada pelos níveis internacionais —, mas em particular no setor privado.

"O Brasil é um país de falsos pesadelos", disse Fernando Henrique. Para ele, uma dívida interna equivalente a US\$ 30 bilhões não é extraordinária se relacionada com um Produto Interno Bruto de US\$ 450 bilhões. "Estamos conseguindo alongar papéis de 28 dias para 15 meses, e estamos com 16,4% de taxas de juro no último leilão, bem abaixo do passado", afirmou. Também a dívida externa, que ele estima em US\$ 35 bilhões, não seria um problema agora, embora o preocupe o atual endividamento externo das empresas estatais.

Ele prometeu novidades na privatização, com mecanismos que garantam maior pulverização de ações e mais dinheiro em "cash". Disse também que irá tentar evitar a formação de monopólios privados no processo. Para ele, o episódio da Ultrafértil mostrou que, quando pressionados pelo governo, os compradores oferecem mais em dinheiro e que a privatização da Cosipa segue um modelo "mais mexicano", parecido com o que quer tocar em outras privatizações: o governo retém parte das ações "que, com uma boa gestão privada, serão valorizadas".

Ele insistiu na necessidade da reforma da Constituição. Sua equipe já estaria preparando uma proposta própria de reforma tributária. Além disso, ele acredita que para atender a uma economia mais internacionalizada, precisa ser flexibilizado o monopólio do petróleo, "o que não quer dizer privatização da Petrobrás", e deve haver regras de mercado mais claras na área de telecomunicações.

O ministro admite dificuldades na relação do Executivo com o Congresso — que levaram à aprovação da reposição de 100% para os salários na semana

passada. "Nunca vi lei no Congresso a favor do aumento salarial que tenha sido rejeitada", disse, lembrando que foi líder do PMDB no Senado durante o governo Sarney. E lembra que não tem tempo para negociação política, que caberia aos atuais líderes no Senado e na Câmara.

O ministro também tem esperanças de transformar a relação entre os dois poderes. "O toma-lá-dá-cá acaba não funcionando. O importante é ser afirmativo", disse. Ele comentou a este jornal que vê o Ministério da Fazenda como o "pau de barraca do clientelismo do governo". "Temos um orçamento de US\$ 85 bilhões, com gastos aprovados pelo Congresso de US\$ 115 bilhões. Essa diferença tem que ser administrada pelo Ministério da Fazenda. Isso é errado; meu papel é cuidar da moeda, do crédito."

Ele pretende tomar um passo prático para, como diz, abrir mão do poder de clientela e terminar com as filas de pessoas que vão ao ministério pedir verbas. "A partir da semana que vem ficará claro o modo como vou aprovar os desembolsos", comentou a este jornal. "Se o prefeito souber que a verba dele vai sair, quando e quanto é, não haverá também a corrupção dos intermediários."

Na frente de negociações com os governadores para a rolagem da dívida dos estados, o ministro Fernando Henrique insiste que obtenha resultados com a discussão "caso a caso". "Retomamos o fluxo de pagamentos, não importa o que acontecer com o estoque", argumentou. "Depois de setembro de 1991, nenhum estado pagou mais nada."

Cardoso insistiu que o "choque para dentro" da administração pública, que prometeu com seu Programa de Ação Imediata, está existindo, ainda que as medidas descritas no seu plano não se tenham materializado em projetos de lei e decretos presidenciais. "Temos um orçamento aprovado com cortes de US\$ 7 bilhões, uma Lei de Diretrizes Orçamentárias para o ano que vem que também teve cortes, o

IPMF e um grande esforço de combate à sonegação. Tivemos mesmo um superávit do Tesouro no mês passado, nessas condições difíceis."

"Não basta cortar o gasto público, teremos que ver os juros, o câmbio e o tipo de títulos que colocaremos no mercado", declarou. "Neste caso, não será um choque mas uma solução que será dada com a maior clareza." Com relação a esses títulos, eles poderiam ser algo na linha dos bônus de longo prazo do Tesouro, imaginados no ano passado pelo economista André Lara Resende, ex-diretor do Banco Central também no governo Sarney.

Para o ministro, soluções como a dolarização argentina, o pacto social mexicano ou o ajuste de longo prazo chileno são inadmissíveis na democracia brasileira. "Na Argentina, o Congresso delegou ao ministro da Economia a decisão de matérias até mesmo de natureza constitucional. Aqui, o Congresso não quer coisas bem mais simples. É uma solução sem o Congresso eu não quero porque não seria democrática", disse.

Ele deixou claro seu ceticismo a respeito de um pacto social na realidade brasileira. "No México existe um partido dominante, o PRI, e uma estrutura sindical verticalizada, além do comércio intenso com os Estados Unidos. E no Chile (onde aumentos anuais de salários, juros dos títulos do governo e tarifas públicas e preços também são negociados anualmente), segundo o ministro, "o ajuste se deu com mais de dez anos de ditadura militar, uma profunda recessão e 25% de desemprego", lembrou.

Ele insistiu que é contra a política salarial de recomposição de 100% da inflação (ver matéria nas páginas 6 e 7). "Temos que escolher entre acabar com a inflação ou se ajustar a ela. Se a sociedade se ajusta, perdem os assalariados e os aposentados. O capital, com os mecanismos de indexação, se ajusta a cada dia. A renda se concentra", argumentou. Seu cálculo: com o reajuste de 100%, um déficit adicional de US\$ 2,5 bilhões ao já existente défi-

cit de US\$ 2,7 bilhões até o fim do ano da Previdência. "Não há de onde tirar", disse. Sem contar os US\$ 6 bilhões adicionais nas folhas de pagamento das empresas estatais, quando o reajuste se estender ao funcionalismo, o que ele considera inevitável.

Com a sua proposta, de recomposição de 50% da inflação para os salários, haveria aumento real, ele calcula, de 3% (e não de 7%) para a massa salarial. "Este governo não é a favor do arrocho salarial nem da recessão, porque está jogando no consumo um aumento de US\$ 4 bilhões na folha de pagamentos do setor público em 1993 e de US\$ 6 bilhões nos rendimentos dos aposentados."